

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 82, DE 2007 (MENSAGEM Nº 820/2006)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Cultural Celinauta para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

Autora: COMISSÃO DE CIÊNCIA E
TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA

Relator: Deputado VALTENIR PEREIRA

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, que aprova o ato constante do **Decreto de 11 de setembro de 2006**, que renova, por dez anos, a partir de **1º de novembro de 2003**, a **concessão** outorgada à **Fundação Cultural Celinauta** para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de **Pato Branco, Estado do Paraná**.

2. O referido Decreto de 11 de setembro de 2006 dispõe no **art. 1º, caput**:

“Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Fundação Cultural Celinauta, pelo Decreto nº 888, de 11 de abril de 1962, renovada mediante o Decreto de 11 de



A8B29F5F18

outubro de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2000, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 471, de 2 de junho de 2005, publicado no Diário Oficial da União de 3 de junho de 2005, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná.”

3. De competência conclusiva das Comissões, o ato normativo, emanado do Poder Executivo, foi apreciado, primeiramente, no **mérito**, pela COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, que aprovou parecer favorável, do Relator Deputado PAULO ROBERTO apresentando o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

1. Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (**art. 32, IV, a**), cumpre que esta COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA se pronuncie acerca da **constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa de projetos**, emendas e substitutivos submetidos à Câmara e suas Comissões.

2. A proposição, cujo objeto é **renovação de concessão** para serviço de radiodifusão sonora, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à **competência legislativa da União** e, nos termos do **art. 49, § 3º**, da Lei Maior, da **competência exclusiva do Congresso Nacional**, através de **Decreto Legislativo**, instrumento adequado, conforme preceitua o **art. 109** do Regimento Interno.

3. O **Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 2007**, renova a concessão por **dez anos, a partir de 1º de novembro de 2003**, isto é, até **1º de novembro de 2013**. Permanecendo como está, e sendo aprovado, os efeitos pretendidos pelo Projeto já não seriam possíveis, por **injuridicidade**.



4. Anteriormente este Colegiado declarou **injurídico** o Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2003, de conteúdo semelhante ao do que ora se examina.

Entendeu-se, em tais circunstâncias, que não se pronunciou, àquela oportunidade, pela não renovação do ato, mas apenas rejeitou-a nos moldes propostos.

5. Ressalte-se que, no caso em questão, as autoridades do Poder Executivo só enviaram a esta Casa o pedido de renovação da concessão em **21 de setembro de 2006**, quando já expirara o prazo inicial (1º de novembro de 2003). Ressalte-se, ainda, que a Constituição Federal, no **§3º**, do **art. 223**, dispõe que a **renovação** “somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional”. A prevalecer, portanto, o Projeto, os seus efeitos já viriam ao mundo natimortos, carentes de sentido, pois já se está em **julho de 2007**, e a proposição cuida de renovar a concessão por **dez anos**, a partir de **1º de novembro de 2003**.

6. Diante desse quadro, duas possibilidades se apresentam: ou rejeitar-se a proposição, por **injuridicidade**, ou renovar a concessão a partir da aprovação do Projeto, o que exigiria a modificação de seu texto.

7. A opção desta Relatoria é pela segunda hipótese, uma vez que protege mais a **liberdade de imprensa**, o valor tutelado pelo **art. 223** do Texto Supremo. Demais disso, este Colegiado já promoveu acertos de prazos em Projetos de Decreto Legislativo relativos a serviço de radiodifusão, como nas hipóteses de **emissoras comunitárias**, onde freqüentemente se dilatou de três para dez anos, o exercício da atividade, compatibilizando-o com a legislação vigente. *A fortiori*, esta Comissão pode e deve promover ajustes que adaptem as proposições ao espírito da Constituição Federal.

8. Feita a modificação alvitrada, o Projeto será considerado **jurídico**.

9. Nada a objetar, também, à **técnica legislativa** e à **redação** empregadas, que observam perfeitamente as normas estabelecidas pela



Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal”, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

10. Isto posto, nada mais havendo que possa obstar sua tramitação nesta Casa, o voto é no sentido da **constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa** do Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 2007, na forma da **emenda** anexa.

Sala da Comissão, em de de .

Deputado **VALTENIR PEREIRA**
Relator



A8B29F5F18

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
PROJETO DE LEI Nº 82, DE 2007

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Cultural Celinauta para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao **art. 1º** a seguinte redação:

"Art. 1º É aprovada a renovação da concessão outorgada à Fundação Cultural Celinauta, para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, a partir deste decreto legislativo."

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado **VALTENIR PEREIRA**
Relator



A8B29F5F18

A8B29F5F18

